

# A democracia degenerada



» CRISTOVAM BUARQUE  
Professor emérito  
da Universidade  
de Brasília (UnB)

Em *A oligarquia dos Poderes: e a crise da democracia*, Joaquim Falcão nos oferece um livro que fará parte do cânone das obras de interpretação do Brasil neste momento de nossa história. Ao mesmo tempo defende e aponta os defeitos da democracia brasileira, apropriada por uma oligarquia que usa o Estado para obter benefícios para seus grupos e parentes. Falcão faz uma espécie de autópsia de como nossa democracia é usada por oligarquias — sejam escravocratas, latifundiários, usineiros, advogados, políticos, juízes, banqueiros, industriais, sindicalistas — que se sucedem sem respeito aos interesses do povo ou da nação. Ele explicita que a legalidade foi criada e é usada para beneficiar oligarcas, seus grupos e famílias, por meio de manipulações das leis e dos orçamentos que elaboram e operam em benefício próprio.

Com robusta base analítica, lucidez, conhecimento e coragem, o autor mostra a ossatura histórica de nosso sistema político e expõe com tal crueza as entranhas das instituições que nos permite usar o termo degenerada como adjetivo para qualificar nossa democracia. Essa é a impressão que permanece ao longo de uma leitura que deslumbra pelo estilo e assusta pelo conteúdo, desferindo verdadeiros tapas na consciência do leitor brasileiro.

Com estilo leve, mas conteúdo rigoroso e conhecimento profundo, Joaquim Falcão define as características da “democracia originária importada, cujas adaptações a tornaram oligárquica politicamente e degenerada socialmente”. Sustenta que as seis intenções originais não sobreviveram no Brasil: pluralidade dos Poderes, independência dos Poderes, freios e contrapesos, existência de uma palavra final, eleições gerais, livres e periódicas e, sobretudo, a necessária adesão social, sem a qual a democracia carece de justificativa ética e de sustentação política.

Embora faça gestos para beneficiar parcelas excluídas da população, nossa democracia nega a adesão social. Mantém a renda concentrada, a desigualdade social, o analfabetismo e uma educação básica sem qualidade nem equidade, ao mesmo tempo em que preserva privilégios como supersalários, isenções fiscais, penduricalhos, aposentadorias especiais, benesses e subsídios e, sobretudo, um sistema de segregação educacional. É um sistema de privilégios construído graças ao que o autor chama de conluio entre grupos e “parentela”.

Cada capítulo permite ver a imoralidade política e a maldade social da elite oligárquica que dirige o país nos Três Poderes ao longo da história, inclusive no quase meio século desde a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988. De tempos em tempos, essa democracia degenerada promove uma falsa adesão social: condecora alguns plebeus com títulos de nobreza sem romper os privilégios aristocráticos. É como se, em vez de abolir a senzala, alguns escravos fossem escolhidos para morar na casa-grande. É o que ocorre com as cotas sociais para dar ingresso de

alguns pobres no ensino superior sem que os filhos do povo sejam todos alfabetizados e colocados no mesmo sistema nacional de educação básica com qualidade e equidade.

Ao ler os capítulos sobre como se constrói a prática oligárquica do conluio e da parentela, o leitor sente um misto de indignação e vergonha ao perceber que somos parte desse conluio e ao refletir sobre como regenerar a democracia. O livro terá papel fundamental para o futuro se os seus leitores se lembrarem que também são eleitores: responsáveis, culpados e capazes de romper a oligarquia dos poderosos, enfrentando a principal causa da degeneração — a desigualdade como a educação separa os filhos do povo dos filhos da elite para perpetuar a democracia oligárquica brasileira.

O pequeno livro de ficção *Jogados ao mar* transmite essa realidade em um capítulo no qual uma médica, militante no seu sindicato e em um partido de esquerda, demite sua empregada doméstica porque ela reivindicava que seus filhos estudassem na mesma escola que os filhos da patroa. Tanto quanto os trabalhadores brancos na África do Sul, ela faz parte da oligarquia.

A oligarquia sabe que, mais do que a manipulação das leis ou o uso de militares como fantoches, a permanência de seu poder decorre da recusa em oferecer aos próprios filhos a mesma escola destinada aos filhos do povo. A democracia degenerada separa desde o nascimento seus filhos dos filhos do povo — esse é o berço contínuo da desigualdade e segregação. A regeneração da democracia brasileira passa pela adoção de um sistema nacional sem oligarquia escolar, todos com a mesma chance para desenvolver seu talento.



G O M E Z

## Do radar da multa à câmera de segurança: o foco vira a proteção



» PAULO GUIMARÃES  
CEO do Observatório  
Nacional de Segurança Viária,  
formado em engenharia  
civil, especialista em gestão e  
normatização de trânsito

Não são “radares”. São câmeras de segurança. Por décadas, o Brasil se acostumou a chamar de “radar” os equipamentos eletrônicos utilizados para fiscalização de velocidade. O termo se popularizou, entrou no vocabulário e passou a representar, para boa parte da população, um símbolo de punição. Em muitos casos, virou quase um personagem do trânsito brasileiro: o “radar da multa”, o equipamento que estaria ali apenas para penalizar condutores. Mas, talvez, tenha chegado a hora de revisarmos essa nomenclatura. Porque palavras importam.

Quando insistimos em chamar esses equipamentos de “radares”, reforçamos uma percepção limitada e distorcida sobre sua verdadeira função. O foco deixa de ser a preservação da vida e passa a ser apenas a punição. A tecnologia deixa de ser compreendida como instrumento de segurança e passa a ser vista como mecanismo arrecadatório. Criou-se, ao longo do tempo, uma narrativa simplista que reduz um instrumento de proteção coletiva a uma mera ferramenta de penalização individual. E isso não é apenas um problema de comunicação. É um problema de cultura.

Nos últimos anos, o Brasil começou ainda que lentamente a amadurecer a forma como se comunica sobre segurança viária. Um exemplo foi a

substituição gradual do termo “acidente de trânsito” por “sinistro de trânsito”, movimento defendido por especialistas, organismos internacionais e entidades comprometidas com a mobilidade segura.

Não se trata de preciosismo semântico. A palavra “acidente” carrega uma ideia de fatalidade, algo impossível de evitar. Já o termo “sinistro” reconhece que a maioria das mortes e lesões no trânsito possui causas preveníveis: velocidade, álcool, distração, infraestrutura inadequada, falhas sistêmicas e comportamento de risco.

Com os chamados “radares”, precisamos fazer movimento semelhante. Até porque, tecnicamente, muitos desses equipamentos já nem exercem apenas a função popular de radar. A tecnologia evoluiu. Hoje, esses sistemas monitoram uma série de comportamentos de risco, auxiliam na gestão da mobilidade urbana, protegem travessias de pedestres, analisam fluxos, registram avanço semaforico e, cada vez mais, ajudam a construir ambientes viários mais seguros. Ou seja: não estamos falando apenas de medir velocidade. Estamos falando de ferramentas de proteção da vida.

A própria experiência internacional mostra isso. A Suécia, referência mundial em segurança viária e berço da Visão Zero, utiliza uma nomenclatura muito mais alinhada com o propósito do sistema: “câmeras de segurança rodoviária”. A mensagem transmitida à sociedade é clara. O equipamento existe para proteger.

E isso faz diferença. A forma como uma sociedade nomeia suas ferramentas influencia a maneira como ela se relaciona com elas.

Quando chamamos algo de “câmera de segurança”, associamos à proteção, à prevenção. É exatamente isso que acontece em aeroportos,

estabelecimentos comerciais e até mesmo dentro de residências. Ninguém questiona a existência de câmeras de segurança nesses ambientes porque compreende que sua finalidade é proteger vidas e patrimônios. No trânsito deveria ser igual. Especialmente porque existe evidência científica demonstrando que a fiscalização eletrônica reduz mortes e lesões graves. Estudos nacionais e internacionais mostram que locais monitorados apresentam redução significativa da velocidade média e, consequentemente, da severidade dos sinistros.

O corpo humano tem limites biomecânicos. A depender da velocidade envolvida, simplesmente não existe capacidade física de sobrevivência. É por isso que o excesso de velocidade é reconhecido mundialmente como o principal fator de agravamento dos sinistros de trânsito.

Mas, talvez, o grande desafio brasileiro seja justamente romper a lógica da “indústria da multa” e substituí-la por uma cultura de segurança baseada em dados, evidências e proteção da vida.

Precisamos parar de comunicar fiscalização como amadilha e começar a comunicar proteção. Parar de falar sobre multa e começar a falar sobre vidas preservadas. Precisamos compreender que o verdadeiro objetivo dessas tecnologias não é arrecadar. É evitar que famílias sejam destruídas por causas que poderiam ter sido evitadas.

Por isso, o Observatório Nacional de Segurança Viária defende que avancemos para uma nova terminologia: “câmeras de segurança no trânsito”. Porque é isso que elas são. E porque alinhar a linguagem ao propósito talvez seja um dos passos mais importantes para enxergarmos que segurança viária não se faz contra as pessoas. Se faz para as pessoas.

### Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

## "Nós, representantes do povo brasileiro"

Poucas transformações institucionais ocorridas desde a redemocratização modificaram tanto o equilíbrio entre os Poderes da República quanto o crescimento contínuo das emendas parlamentares, dos fundos partidários e do Fundo Especial de Financiamento de Campanha. Em pouco mais de uma década, o Congresso Nacional deixou de exercer apenas a função clássica de legislar e fiscalizar para se tornar também um dos maiores gestores de recursos públicos do país. Nunca tantos bilhões de reais estiveram sob influência direta de deputados e senadores. Essa mudança ocorreu gradualmente sob o olhar displicente de todos. As emendas parlamentares nasceram como um instrumento legítimo para permitir que representantes levassem investimentos às suas bases eleitorais. Com o passar do tempo, porém, transformaram-se numa engrenagem permanente da negociação política entre Executivo e Legislativo.

Vieram as emendas individuais impositivas, depois as de bancada, as de comissão e, posteriormente, o mecanismo que ficou conhecido como “orçamento secreto”, identificado pelas emendas de relator (RP9), cuja baixa transparência gerou intenso debate público e levou o Supremo Tribunal Federal (STF) a determinar mudanças nas regras de publicidade e rastreabilidade. Os números ajudam a dimensionar essa transformação. Segundo o Portal da Transparência, somente em 2025 foram empenhados mais de R\$ 47 bilhões em emendas parlamentares, dos quais mais de R\$ 31 bilhões haviam sido pagos. Para 2026, o Projeto de Lei Orçamentária prevê cerca de R\$ 40,8 bilhões em reservas para emendas individuais e de bancada, seguindo os limites constitucionais e legais atualmente vigentes. Paralelamente, cresce também o financiamento público da atividade político-partidária, transformando as legendas em verdadeiros clubes dos ricos.

Nas eleições gerais de 2026, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) distribuiu aproximadamente R\$ 4,9 bilhões do Fundo Especial de Financiamento de Campanha aos partidos políticos. A distribuição segue critérios previstos em lei, relacionados principalmente à representação de cada legenda no Congresso Nacional. Somam-se a esse montante os recursos permanentes do Fundo Partidário, destinados ao custeio das atividades ordinárias das legendas ao longo do ano. O resultado é um fluxo financeiro bilionário que poucos sistemas políticos democráticos pelo mundo concentram diretamente nas mãos dos próprios parlamentares e partidos. É justamente aí que surge uma questão institucional relevante. Quanto maior o volume de recursos administrados ou influenciados pela classe política, maior deveria ser a exigência da sociedade por mecanismos robustos de transparência, controle e prestação de contas. Não é o que ocorre.

Milhares de obras, equipamentos hospitalares, escolas, estradas e investimentos municipais foram financiados por esse mecanismo. O problema reside menos na existência das emendas e mais na dificuldade histórica de acompanhar sua execução, identificar beneficiários finais e avaliar objetivamente seus resultados. A própria discussão sobre o chamado orçamento secreto revelou como a falta de publicidade pode comprometer a confiança nas instituições.

Em uma democracia, é normal que o cidadão tenha o direito de saber quem indicou determinado recurso, para onde ele foi destinado, qual critério justificou sua distribuição e quais benefícios concretos produziu. Essa exigência precisa ser elementar. Ao mesmo tempo, cresce a percepção de que a política institucional passou a consumir parcela cada vez maior dos recursos públicos. Num país que enfrenta enormes desafios em saúde, educação, infraestrutura e segurança pública, é natural que parte da população questione a expansão contínua dos gastos relacionados ao funcionamento do próprio sistema político.

Pesquisas de opinião realizadas por institutos como o Datafolha e o Ipsos-Ipec, por meio do Índice de Confiança Social (ICS), mostram de forma recorrente que partidos políticos e Congresso Nacional figuram entre as instituições que inspiram menor confiança da população brasileira. Isso mostra o claro divórcio entre os políticos e a população. E é nessa toada que seguimos rumo às próximas eleições.

Embora o parlamento desempenhe funções indispensáveis ao regime democrático, sua imagem pública continua sendo afetada por sucessivos episódios envolvendo disputas orçamentárias, denúncias de uso inadequado de recursos e dificuldades de fiscalização. O corriqueiro deveria ser, quanto mais recursos o parlamento administra, maior deveria ser sua capacidade de demonstrar eficiência, transparência e responsabilidade fiscal. Quando isso não ocorre, cresce a sensação de distanciamento entre representantes e representados.

Um parlamento forte produz melhores leis, fiscaliza com rigor o Executivo, aperfeiçoa políticas públicas e presta contas de maneira transparente à sociedade. Em ano eleitoral, bilhões de reais voltarão a circular legalmente por meio dos fundos públicos destinados às campanhas e das emendas previstas no orçamento. Tudo isso ocorre dentro das regras aprovadas pelo próprio Congresso e sancionadas conforme o processo legislativo.

A discussão que permanece aberta não é jurídica, mas política: qual deve ser o tamanho adequado desses instrumentos e quais mecanismos de controle são suficientes para assegurar que cumpram sua finalidade pública.

### A frase que foi pronunciada:

“A administração pública obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Art 37 da Constituição Federal

### História de Brasília

*Tomara que o Dops não me fiche como comunista, mas que coisa horrível aquele panfleto impresso em papel de embrulho (vermelho, por coincidência) assinado pelo deputado Eurípedes Cardoso de Menezes contra a Exposição Russa. (Publicada em 24/5/1962)*